

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

OS EFEITOS DE SENTIDO NA RELAÇÃO MULTIESPÉCIES: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE “ATAQUE DE TUBARÃO”

Evandra Grigoletto, Dermeval Ricardo de Melo Lellis

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.13600>

Submetido em: 2025-09-30

Postado em: 2025-10-17 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- Silmara Dela Silva (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5231-6662>)

OS EFEITOS DE SENTIDO NA RELAÇÃO MULTIESPÉCIES: UMA ANÁLISE DO DISCURSO JORNALÍSTICO SOBRE “ATAQUE DE TUBARÃO”

MEANING EFFECTS IN MULTISPECIES RELATION: AN ANALYSIS OF THE JOURNALISTIC DISCOURSE ABOUT “SHARK ATTACK”

Ensaio Teórico

Ricardo Melo

Universidade Federal de Pernambuco

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6123-1687>.

Evandra Grigoletto

Universidade Federal de Pernambuco

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1458-0491>.

RESUMO: Este trabalho discute a problemática da objetividade e da referencialidade na linguagem, tomando como objeto o discurso jornalístico sobre o animal-tubarão, a partir da reportagem *Praia do Medo* (2014), publicada na revista National Geographic Brasil. Partindo da Análise de Discurso materialista (AD), com base em Michel Pêcheux (2014a; 2014b), e da teoria marxista do jornalismo, proposta por Genro Filho (2012), situamos o funcionamento ideológico e o discurso como noções centrais para compreender a relação humano-animal por meio da discursividade. Mobilizamos, também, os estudos animais e os estudos multiespécie (Dooren, Kirsky, Münster, 2016), os quais fornecem perspectivas que descentralizam a figura humana, a fim de olhar para a alteridade, o animal não-humano. A partir desse quadro, formulamos a seguinte questão que norteia o trabalho: Como o animal-tubarão é designado e agenciado pelo discurso jornalístico? Interpretamos a produção de sentidos a partir da relação animal-corpo, destacando-se primeiramente o encadeamento significativo que associa a boca do animal com o perigo ao ser humano, via um saber do senso comum, que é contrariado pelo saber científico na medida que este exclui uma intencionalidade do animal em predação a espécie humana; em segundo lugar, é a relação corpo-espécie que se constitui, via saber científico, associando o tubarão com o equilíbrio ecológico.

PALAVRAS-CHAVE: Análise de Discurso; ataques de tubarão; discurso jornalístico; Estudos Animais; Estudos Multiespécie.

ABSTRACT: This essay discusses the problem of objectivity and referentiality on language, taking as object the journalistic discourse about the animal-shark from the National Geographic Brasil's report *Praia do Medo* (2014). As theoretical approach, we are based on the materialist discourse analysis of Michel Pêcheux (2014a, 2014b) and on the marxist theory of journalism proposed by Genro Filho (2012), therefore underlining the ideological operation along with discourse as central conceptions for the understanding of human-animal relations on discursivity. We also take part from the animal studies and multispecies studies (Dooren, Kirsky, Münster, 2016), fields that offer perspectives that decentralize the human figure in order to look at the alterity, the nonhuman animal. From this framework, we formulated the following guiding question for the work: what effects of meaning does journalistic discourse produce in relation to the animal-shark through designation and agency? We interpret the production of

meanings from the perspective of the animal–body relation, first highlighting the signifier chain that associates the animal’s mouth with danger to humans through a body of common-sense knowledge, which is contradicted by scientific knowledge insofar as the latter excludes any intentionality on the part of the animal to prey on the human species; secondly, it is the body-species relation that takes shape, through scientific knowledge, associating the shark with ecological balance.

KEYWORDS: Animal Studies; Discourse Analysis; journalistic discourse; Multispecies Studies; shark attack.

RESUMO PARA NÃO ESPECIALISTAS: Tubarões são perigosos... todo mundo sabe. É assim que a literatura e, depois dela, a indústria cinematográfica retrataram esse animal, sempre com dentes grandes e afiados à mostra, prontos para caçar seres humanos. A mídia jornalística não perdeu tempo e passou a noticiar casos e casos dos chamados “ataques de tubarão”, que quase sempre apelam para o terror e o medo. O nosso estudo coloca em questão essas evidências sobre o tubarão como um “monstro” que caça humanos, voltando o olhar para os discursos que permeiam a linguagem jornalística para entender como eles fazem sentido. Nosso objeto de pesquisa é uma reportagem chamada “Praia do Medo”, de 2014, publicada na revista de divulgação científica National Geographic Brasil, que fala um pouco da situação dos chamados ataques em Recife, Pernambuco. Por meio dos aportes teóricos fornecidos pela disciplina Análise do Discurso, foi possível entender que o discurso jornalístico fala do tubarão utilizando termos como “perigo”, especialmente por conta de seu corpo grande e cheio de dentes. Por outro lado, também se fala do animal enquanto espécie, isto é, enquanto grupos que integram um ecossistema em constante degradação. Temos, assim, o tubarão como algo além de um “perigo” para banhistas.

1. Introdução

Animais, peixes, tubarões. A língua nos fornece uma série de nomes que permitem substituições no eixo sintagmático. Mas o que parece ser uma simples troca de uma palavra por outra, produz um deslizamento de sentido, que carrega consigo uma memória. Fala-se do mesmo, quando se efetua a troca? Os profissionais do jornalismo podem se dividir na resposta. Mas os discursivistas sabem que o sentido pode ser sempre outro, e que os efeitos nunca são os mesmos em cada substituição. Entre o “significado” ou “sentido” e a “referência”, a ideologia jornalística, enquanto um sistema de evidências de como funciona e deve funcionar a prática, tende a sobrepor um e outro.

Em sua obra *Por que as notícias são como são*, Traquina (2020) busca responder à pergunta-título, apresentando algumas das teorias mais proeminentes do campo jornalístico, as quais visam a explicar tal prática a partir de diferentes perspectivas. Sobressai-se, contudo, o aparecimento constante da linguagem como uma base que tende, ora para uma transparência total de “como as coisas são” – o que se identifica como a teoria do espelho –, ora para uma

opacidade extrema e impossível de sequer remeter à realidade – concepção condensada nas teorias construcionistas. Ambas as direções apontam para a problemática do par objetividade e subjetividade. Presente na filosofia e na ciência, tal discussão não tardou a integrar as preocupações teóricas e práticas no jornalismo, implicando uma ruptura no relato jornalístico que, supostamente, dividiria fatos e valores, ou notícias e opiniões. Apesar de estar, atualmente, em descrédito, a noção de objetividade jornalística permanece como um ideal que assegura um comprometimento profissional e epistemológico com a “verdade”¹ dos fatos. A objetividade pode ser entendida, entre tantos significados, como uma adequação do discurso aos fatos “tal como eles são”, a partir do emprego de métodos de apuração que visam garantir a verdade (Sponholz, 2009). A subjetividade, por sua vez, representa o resíduo dos valores individuais que não teriam uma base sólida para garantir a tal verdade. Trata-se, em outros termos, de uma problemática que relaciona linguagem e referência.

Inscrevendo-nos no campo teórico da Análise de Discurso materialista (AD), situamos essa problemática no âmbito do funcionamento ideológico, operado pela interpelação do indivíduo em sujeito (Pêcheux, [1975] 2014a). Buscamos, assim, colocar em discussão o problema entre os pares objetividade/subjetividade e linguagem/referência, no que diz respeito à questão ambiental no discurso jornalístico. Mais especificamente, interessa-nos problematizar a discursividade em relação ao animal, o tubarão, enquanto objeto do discurso jornalístico, tendo como eixo norteador a seguinte questão: Como o animal-tubarão é designado e agenciado pelo discurso jornalístico?

2. O encontro humano-tubarão em Pernambuco: contextualizando a relação multiespécie

É comum, no campo do jornalismo, a circulação da seguinte frase: “Se um cão morde um homem não é notícia, mas se um homem morde um cão então temos uma notícia” (Genro Filho, 2012). Ela se relaciona à questão de noticiabilidade e valor-notícia. Entretanto, o mesmo não pode ser aplicado quando um tubarão morde uma pessoa. Apesar de certa frequência desse infeliz *encontro*, para ambas as espécies, os jornais atribuem algum valor a tal acontecimento. O conhecimento, como o entendemos aqui, não diz respeito somente àquele produzido pela ciência, mas também àquele produzido pela prática jornalística. Trata-se de um conhecimento sobre os acontecimentos cristalizados no singular e seus desdobramentos (Genro Filho, 2012).

¹ Grafamos verdade com aspas porque, como analistas de discurso, entendemos que a verdade é sempre um efeito.

Entendemos o acontecimento duplamente: como aquilo que existe independentemente do sujeito, enquanto constitutivo do “mundo exterior”, tal como sustentam as teses materialistas de Pêcheux ([1975] 2014b) e Genro Filho (2012); e como aquilo que é produzido enquanto conhecimento objetivo, ideologicamente marcado. Desse ponto de vista, o acontecimento é essencialmente discursivo, realização sempre incompleta de uma prática. A partir de Dela-Silva (2015) definimos, aqui, o acontecimento jornalístico como um gesto interpretativo da prática jornalística em relação ao seu objeto, os fatos, que representam a menor unidade significativa da prática jornalística (Genro Filho, 2012). Desse modo, temos que os acontecimentos jornalísticos não existem previamente enquanto tais, mas resultam de um processo discursivo: fontes são consultadas, documentos são analisados, fotografias e vídeos enquadrados, de forma que nenhum elemento é “dado”, mas interpretado continuamente. E, se interpretados, estão, necessariamente, atravessados pela ideologia.

O que pode ser enquadrado como acontecimento pode variar no meio jornalístico. Aqui, estamos interessados na complexidade dos acontecimentos que envolvem a questão ambiental, que mobiliza diversas ordens do real: física, biológica, histórica e simbólica (Leff, 2010). Ao colocar o animal-tubarão no centro de nosso inquérito, destacamos que tais ordens não estão separadas e nem necessitam de alguma articulação com o animal, uma vez que o animal é-já constituído por elas e as constitui. Os Estudos Multiespécies e os Estudos Animais – designados conjuntamente a partir de agora como Estudos Interespécies (EI) - podem nos auxiliar a olhar as múltiplas relações entre as espécies e o ambiente, relações emaranhadas que fazem história e produzem sentidos (Dooren, Kirsky, Münster, 2016). Para esses campos críticos, é preciso olhar para as demais espécies não-humanas e sua agência no mundo, a fim de compreender a história que é escrita pela extinção em massa, aquecimento global e demais questões, levando em conta, por exemplo, os efeitos do capitalismo.

O estado de Pernambuco, entre suas muitas redes de memória, tem seus sentidos produzidos, quando se trata de “tubarões”, a partir do que é denominado comumente de “ataque de tubarão”. Este enunciado absorve os fatos, integrando, em sua articulação significante, todo e qualquer evento que envolva um ou mais seres humanos que sofreram algum ferimento por um animal marinho que remeta a um tubarão. Isso porque, nem sempre, em tais eventos, é possível definir o agente do “ataque”. Silva e Nascimento (2019) se voltam para essa problemática com um olhar multiespécies, por meio da categoria de *encontro*, entendendo, junto com Haraway (2022), que a relação humano-tubarão, protagonizada pelos “ataques”, envolve

espécies com seu agenciamento, suas subjetividades² e que formam um emaranhamento, uma teia, de modo que uma age sobre a outra, uma molda a outra.

Uma vez que as espécies não precedem o encontro, mas vivem e se constituem nele, a perspectiva multiespécies situa essa relação humano-tubarão em um todo maior, considerando o que precede e o que se sucede. Os eventos de “ataques” podem ser considerados como “ponto do encontro” da relação humano-tubarão, e tem seu lugar-comum no discurso jornalístico, que produz sentidos sobre os acontecimentos, a partir de procedimentos da produção da notícia segundo certos critérios de noticiabilidade. Para fins metodológicos, vamos entender esse “ponto de encontro” como um acontecimento-problema, isto é, um acontecimento jornalístico passível de interpretação, como um discurso que pode ser problematizado enquanto tal.

O encontro humano-animal pode ser compreendido a partir de uma assimetria demarcável no discurso, a qual corresponde a uma desigualdade entre a espécie humana e todas as demais, sustentada por uma série de justificativas que podem variar desde a atribuição da razão, da linguagem, ou qualquer característica, até justificativas de ordem divina (Thomas, 2010). Trata-se do funcionamento da ideologia, que interpela o indivíduo em sujeito fornecendo evidências. De acordo com Althusser (1985) e Pêcheux ([1975] 2014a), a evidência de que somos sujeitos é elementar. Aprofundando esta afirmação, que se configura como um dos pontos-chave da AD, problematizamos a evidência do sujeito como uma evidência de *ser humano*. Tal evidência “age” de modo que perpassa, na identificação do sujeito com o complexo das formações ideológicas que o dominam, um funcionamento duplo do que chamamos de par especismo-antropocentrismo, que consiste na articulação de um sistema de evidências que tem a assimetria humano/animal como matriz.

A relação multiespécie pode ser abordada, com certas observações, no quadro laciano que relaciona real, simbólico e imaginário (RSI), formando o *nó borromeano*. De acordo com (Žižek, 2017, p. 112), o imaginário diz respeito à “nossa experiência vivida direta da realidade, mas também de nossos sonhos e pesadelos – é o domínio do aparente, de como as coisas se parecem para nós”; o simbólico, é o “grande Outro”: “o outro invisível que estrutura nossas experiências da realidade, a complexa rede de regras e significados que nos faz ver o que vemos da maneira como o vemos (e o que não vemos da maneira como não o vemos)”; e o real é o “impossível”: algo que não pode ser nem diretamente vivenciado nem simbolizado”.

Partindo de tais categorias, nos distanciamos da concepção laciana – sem negá-la –, na medida em que o imaginário não é de ordem individualizante, nem do aparente, mas da

² Subjetividade, nos EI, diz respeito às realidades tanto cognitivas quanto simbólicas, isto é, à realidade do “eu” enquanto corpo e também do “eu” consciente/inconsciente.

representação da realidade mediada pela linguagem, que é o simbólico. Pensamos, com Grigoletto (2003, p. 75), que o imaginário é um efeito do real, “a materialização dos processos histórico-sociais no discurso através do sujeito que, mediado por esse imaginário, constrói sua identidade”. O Real, tomado nessa relação, é o impossível de simbolizar pela linguagem, mas que existe e produz efeitos. Direcionado à nossa problemática, diremos que a relação humano-animal é mediada, entre outras formas, pela linguagem. O saber sobre determinada espécie circula em práticas discursivas e constitui o imaginário, a exemplo dos tubarões. É “evidente”, de forma geral, que esses animais são “perigosos”, que sua vida não vale tanto quanto a vida humana, ou que são seres de mentalidade inferior. Tal assimetria sustenta uma possibilidade única, um sentido engessado, para o animal-tubarão.

A partir desse quadro teórico, torna-se possível compreender como tal acontecimento-problema, que é estatisticamente menos frequente do que incidentes com cachorros e mesmo mais raros do que ser atingido por um raio, de acordo com o *International Shark Attack File* (ISAF), pode dar condições para a produção de uma memória discursiva que coloca o animal-tubarão como uma espécie de “vilão”, “monstro” ou mesmo “predador” dos seres humanos. Trata-se do trabalho simbólico, da mobilização do significante e seu encadeamento que constituem, pelo viés da repetibilidade, as memórias que vão ser determinantes para o que pode e deve ser dito no interior da formação discursiva em que esse acontecimento-problema se inscreve. Com apenas 65 registros de “ataques” desde 1992, Pernambuco lidera os casos no Brasil, mas destoa significativamente da Flórida, nos Estados Unidos, que marca 942, e da Nova Gales do Sul, na Austrália, com 274. Apesar dos números, “tubarão” significa “medo” nas praias pernambucanas.

Entendendo o significante como “aquilo que representa o sujeito para outro significante” (Lacan, 1998, p. 833), podemos dizer que o significante “tubarão” representa, para o sujeito que se reconhece ideologicamente, significantes como “medo”, “monstro”, “perigo” etc. Mas não apenas. Trata-se de um pré-construído, definido como aquilo que “remete a uma construção anterior, exterior, mas sempre independente” (Pêcheux, [1975] 2014a, p. 88), e que se manifesta no discurso pelo *encaixe sintático*, que tem a sua forma típica pela construção determinativa (Pêcheux, [1980] 2016). Assim, não é o sujeito, em sua ilusão de liberdade, que atribui conscientemente um predicado ao tubarão, mas é a evidência que, como uma rede, “prende” o sujeito no que seria o “único” sentido possível.

3. Sobre o discurso jornalístico e o saber discursivo

Entendendo as formações ideológicas como “*um conjunto complexo de atitudes e de representações* que não são nem ‘individuais’ e nem ‘universais’, mas que se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas em relação às outras” (Haroche, Henry e Pêcheux, [1971] 2020, p. 33-34, grifo nosso) e as formações discursivas como aquilo que determina *o que pode e deve ser dito* numa formação ideológica dada, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, sob a determinação do estado de luta de classes (Pêcheux, [1975] 2014a), propomos um movimento teórico-metodológico que busca trabalhar na desconstrução das evidências entre o humano e o animal.

A partir de Genro Filho (2012), compreendemos o jornalismo como uma forma de conhecimento que se direciona para o singular, categoria que representa uma “dimensão da realidade”, em conjunto com o particular e o universal. O singular está para uma imediaticidade de um dado fenômeno, enquanto o particular se constitui como um contexto abstrato de tal fenômeno. O que estamos chamando filosoficamente de “fenômeno” é entendido, no âmbito jornalístico, como um acontecimento. Isto é, um dado fenômeno pode ser lido ou interpretado como acontecimento – assim como Freud interpreta os sonhos como uma linguagem. Consideramos os ditos “ataques de tubarão” como um acontecimento jornalístico, ou seja, um gesto interpretativo da prática jornalística em relação aos fatos apreendidos pela singularidade. O acontecimento, assim, pode se referir tanto a um evento único quanto à particularidade desses eventos que constitui uma determinada generalidade.

Já, na categoria de universal, identificamos um ponto de aproximação possível entre as teorias marxistas aqui mobilizadas por meio da noção de *ideologia*:

A notícia jornalística reproduz o fenômeno enquanto tal, resguardando sua aparência e forma singular, ao mesmo tempo que insinua a essência no próprio corpo da singularidade, enquanto particularidade delineada em maior ou menor grau e universalidade virtual. A informação jornalística *sugere os universais que a pressupõe e que ela tende a projetar*. É na face aguda do singular e nas feições pálidas do particular que *o universal se mostra como alusões e imagens que se dissolvem antes de se formarem* (Genro Filho, 2012, p. 146, grifos nossos).

Desse modo, o universal se manifesta, para Genro Filho, como uma anterioridade necessária na leitura do par singular-particular. A ideologia, assim, é uma constitutiva epistemológica que “atua” na mobilização dos “pressupostos” *universais* que situam a particularidade e a singularidade. Pêcheux ([1975] 2014a), por seu turno, relaciona a ideologia com as evidências dos sentidos para o sujeito, como a evidência elementar evidência de que

somos sujeitos. Resguardando as diferenças mais amplas entre os autores, podemos entender que os “pressupostos” que o teórico do jornalismo defende correspondem às evidências das formações ideológicas. São os pressupostos da ideologia burguesa, por exemplo, que têm na ideia de objetividade sua máxima expressão no campo do jornalismo; isto é, são as “evidências” de que objetividade quer dizer a “reprodução fiel” da realidade, ou “as coisas como elas são”, e ainda “o que de fato aconteceu”.

Tomando as informações enquanto discurso jornalístico, podemos entendê-las como significantes que produzem o efeito de evidência, decorrendo disso a noção da informação como um “dado”. No *Dicionário da Comunicação*, organizado por Marcondes Filho (2009), encontramos uma definição sintomática do termo, localizando sua gênese na teoria da informação de base matemática, que tinha como foco de análise a transmissão de mensagens por canais físicos, como o telégrafo e o rádio. Um linguista pode reconhecer facilmente termos como *canal*, *mensagem*, *receptor* etc., vocabulário presente em tal definição, como proveniente do esquema de comunicação de Jakobson (1995). De acordo com este autor, um *remetente* envia uma *mensagem* que se refere a um *contexto* para um *destinatário* por meio de um *código* – como a língua – através de um *canal*.

Pêcheux ([1969] 2014b) coloca em jogo esse esquema, mobilizando a noção de discurso ao invés de mensagem. Não mais a transmissão de informação entre A e B, mas sim “*efeito de sentidos*”. Com esse deslocamento, A e B passam a designar lugares marcados na estrutura de uma determinada formação social: “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que A e B se atribuem cada um a *si* e ao *outro*, a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e o lugar do outro” (Pêcheux [1969], 2014b, p. 82, grifos do autor). Desse modo, uma determinada informação, codificada numa determinada mensagem, apenas tem sua eficácia teórica quando se refere aos processos físicos-elétricos. Já, no espaço da comunicação discursiva, em que há sujeitos afetados necessariamente pela ideologia, essa concepção apenas encobre a existência de dois objetos – o sinal físico de transmissão e o discurso – a fim de unificá-los. O discurso, contudo, não é passível de unificação, visto que a língua é constitutivamente falha, e que o equívoco permite os deslizamentos. Assim, diferente do sinal elétrico, *que é o mesmo do ponto A ao B*, o discurso produz diferentes *efeitos de sentidos*. Logo, sinal e discurso são dois objetos diferentes.

De acordo com Orlandi (2020b), o discurso não é um dado empírico e não deve ser confundido com o texto. A noção de dado, enquanto algo pronto que apenas precisa ser decifrado, não dá conta do objeto discurso. O discurso enquanto dado é, na verdade, uma construção, resultado de um gesto teórico. Ignorando que produtos pressupõem processos, a

noção de dado enquanto herança das ciências positivas estabelece a ilusão de que o produto contém a verdade em si mesmo – o que não passa, evidentemente, de um efeito ideológico. O dado, nesses termos, vai constituir e ser constituído pelos universos logicamente estabilizados do discurso científico. Assim, a autora vai argumentar que o dado corresponde, na realidade, à “evidência”, e o que importa, na análise de discurso, é o processo de produção de tal evidência.

A partir dessas considerações, compreendemos que *a informação jornalística enquanto discurso* é algo passível de interpretação. Não é um dado, mas um *fato*. Não pode haver uma informação jornalística que seja automaticamente “decodificada”, pois ela se inscreve na história pela ordem ideológica. A informação produz efeitos de sentidos sobre os acontecimentos jornalísticos, os quais são produto de um processo de reconstituição que se dá, necessariamente, a partir do discurso do outro, pois o lugar do jornalista não está autorizado a enunciar o acontecimento como tal, diferentemente do lugar do cientista, da testemunha, entre outros envolvidos direta ou indiretamente nos fatos. Assim, a informação jornalística é constituída pelo saber discursivo, caracterizando o discurso jornalístico como uma modalidade de *discurso sobre*. De acordo com Mariani (1996), o discurso sobre é um discurso intermediário, ele fala de um discurso de – um discurso-origem – e se caracteriza por tomar por objeto aquilo sobre o que se fala, produzindo um efeito de distanciamento. Assim, o discurso jornalístico se projeta como “imparcial”, “neutro” ou “objetivo”, no sentido de que apenas estaria reproduzindo “as coisas tal como são”. Reproduz, na verdade, certos dizeres, excluindo outros.

Orlandi (2020a) compreende o saber discursivo a partir do interdiscurso, que abrange o que já foi dito antes, em outro lugar, independentemente. Isto é, é constituído pelo pré-construído. Por meio da memória, é o saber discursivo “que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (Orlandi, 2020a, p. 29). Esse saber é “fornecido” como evidência pelas formações discursivas nas quais o sujeito se inscreve, e aqui podemos destacar os saberes institucionalizados, como aqueles provenientes das ciências, das artes e outras práticas reguladas, mas também aqueles cristalizados no senso comum, que aparentam estar em desordem e fundamentados numa crença do “cotidiano”.

A prática jornalística, por trabalhar com o discurso das chamadas “fontes de informação”, isto é, o *discurso do outro*, constitui sua discursividade a partir dos saberes discursivos que perpassam pelas diferentes formações discursivas que marcam suas posições nesse lugar de “fonte”. Junto a isso, o discurso jornalístico está determinado pela relação de dominância de saberes que regem a própria prática, como: ideal de objetividade, técnicas de apuração e de texto, restrições mercadológicas e outros elementos que determinam *o que é e*

o que deve ser a prática jornalística. Sobre isso, remetemos a Pêcheux ([1975] 2014a, p. 132), quando ele afirma que “os ‘objetos’ ideológicos são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘sua maneira de se servir deles’ - seu ‘sentido’, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos que eles servem”. Ou seja, não há nenhum objeto “dado” que seria apenas reproduzido tal como é – como uma verdade, como quer a teoria do espelho e, mais recentemente, a ideia de objetividade.

Trabalhando com o discurso do outro, o discurso jornalístico, como discurso sobre, é sempre um gesto interpretativo, uma possibilidade entre outras. Logo, a informação jornalística não pode ser compreendida pela divisão entre objetividade e subjetividade, pois sua matéria-prima, o discurso, é sempre-já constituído dialeticamente entre o exterior do sujeito e o funcionamento da ideologia. Neste ponto, Genro Filho e Pêcheux formulam paralelos teóricos que convergem: a relação do sujeito com a realidade na produção de conhecimento tem como condição a atuação da ideologia na “leitura” do que seria o “objeto” – isto é, “seu sentido” e como “se servir dele”. Genro Filho (2012), entende essa relação dialética como *objetividade-subjetivada* (ou subjetividade-objetivada).

Para nós, tal quadro teórico aponta algumas consequências: 1) é preciso considerar que termos como “natureza”, “meio ambiente” e “animal” não possuem sentidos próprios e não designam absolutamente nada fora de uma inscrição em determinada formação discursiva; 2) a informação jornalística não (re)produz qualquer fenômeno “tal como ele é”, mas reconstitui a sua singularidade cristalizada a partir de certos saberes discursivos e, desse modo, não se “fala” de qualquer realidade empírica, bruta, “em-si-mesma” – não se fala de qualquer animal, ou de qualquer natureza enquanto existência “pura”, não ideológica; 3) o objeto discursivo, portanto, funciona na relação real-simbólico-imaginário, de modo que o saber é formado por representações e pela linguagem e está constitutivamente em falta, falta que o caracteriza como um saber, sempre insuficiente, imperfeito, falho e passível de equívoco.

4. Análise da reportagem *Praia do Medo*: os deslizamentos na significação do animal-tubarão

Levando em conta as reflexões que trouxemos nos tópicos anteriores, partimos, agora, para análise do discurso jornalístico sobre o animal-tubarão, a fim de explicitar o funcionamento semântico que produz diferentes efeitos de sentido sobre o animal. Trata-se de um movimento que não separa teoria e análise, mas confronta ambos dialeticamente. O *corpus* que analisamos é fruto do recorte de sequências discursivas (SD) da seguinte reportagem: *Praia do Medo*, publicada na revista National Geographic Brasil, em abril de 2014. As sequências selecionadas

são integrantes do *eixo intradiscursivo* da reportagem, que diz respeito ao funcionamento do discurso com relação a si mesmo, isto é, o que se diz antes, agora e depois, constituindo o fio do discurso (Pêcheux, [1975] 2014a). O limite de cada SD não obedece, necessariamente, a nenhum limite frasal ou paragrafíco, sendo definido pelo gesto interpretativo do analista. A maior parte dos recortes, contudo, tem extensão paragrafíca. Além disso, a disposição das sequências não segue, necessariamente, uma ordem textual, embora a maior parte se encontre assim disposta. Seguem as seguintes SDs:

SD-1	Pés descalços na areia, um casal caminha de mãos dadas à beira-mar. Uma família aproveita o banho nas piscinas naturais. Garotos jogam bola despreocupados. Eis um dia típico na praia de Boa Viagem, cartão-postal do Recife. Essas pessoas nem desconfiam, mas olhos atentos acompanham seus passos. <i>E o perigo espreita mar adentro.</i>
SD-2	<i>Os tubarões sempre povoaram o imaginário do ser humano. Grandes espécies, como o branco e o tigre, são capazes de matar uma pessoa com apenas uma mordida. A verdade é que, ao sermos surpreendidos por ferozes predadores, nosso cérebro desenvolvido pouco pode fazer pela preservação de nosso físico frágil, sejam eles tubarões ou onças-pintadas. Peles espessas, força bruta e dentes afiados tornam o embate desigual.</i>
SD-3	Entre as incontáveis formas de vida do ambiente marinho, estão as <i>mais de 500 espécies de tubarão conhecidas</i> . De acordo com as estatísticas oficiais do Arquivo Internacional de Ataques de Tubarões, apenas quatro delas envolveram-se em um número representativo de conflitos com seres humanos: o tubarão-branco, o galha-branca-oceânico, o <i>cabeça-chata</i> e o <i>tigre</i> . A presença do primeiro nunca foi registrada no Nordeste do Brasil – por ser um dos poucos tubarões de sangue com temperatura mais alta do que a do ambiente, o branco prefere regiões nas quais o oceano é mais frio. O segundo vive em remotas águas abertas. <i>Os outros dois são apontados como os prováveis autores dos ataques no Recife.</i>

O nosso primeiro ponto de análise é a variação lexical na designação do animal-tubarão. Tomemos a definição de Guimarães (2017, p. 12, grifos do autor) sobre o processo de designação:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome [...]. A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação linguística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. [...] A referência será vista como a particularização de algo na e pela enunciação.

Da SD-1 a SD-4, temos um percurso designativo que parte de uma indeterminação – “o perigo” – para uma especificação – “o cabeça-chata e o tigre”. Aqui, podemos destacar que a nomeação de tubarões é um processo significativamente diferente quando se opõe a, por exemplo, animais domésticos, como cães e gatos. Funciona a oposição nome próprio/nome comum. O primeiro teria como característica a determinação extrema: um nome e um nomeado – Kepler, Darwin ou Marx são nomes que correspondem a uma formulação do tipo “aquele que [...]”, como aponta Pêcheux ([1975] 2014a). O nome comum, todavia, não especifica qualquer unidade, mas abriga uma adversidade, isto é, designa um “conjunto”, como humano, animal, planeta. Em nosso caso, tubarão/tubarões. Assim, o discurso sobre o animal-tubarão não se refere – como poderia se referir a Kepler, Darwin ou Marx – a um indivíduo específico. Ao invés disso, refere-se a “evidências” de tubarões, os quais “sempre povoaram o imaginário do ser humano”. Em outras palavras, o “objeto ideológico” em questão é não-saturado, entendendo a saturação como a especificação de tal objeto. Há, assim, uma sobredeterminação de sentidos sobre o animal: os tubarões como um perigo aos seres humanos, cristalizado no imaginário a partir do livro *Tubarão* (1974), de Peter Benchley, e sua adaptação cinematográfica de mesmo nome por Steven Spielberg (1975); e também os tubarões que marcam o imaginário das praias pernambucanas que, desde 1992, sofrem profundas alterações em seu ambiente.

Por outro lado, o saber discursivo sobre os tubarões também parte da ordem científica. O que se chama de tubarão é, na verdade, um grupo extremamente diverso que figura – junto com raias e quimeras – na classe taxonômica Chondrichthyes, pois possui um esqueleto cartilaginoso – diferente dos peixes de esqueleto ósseo. Contudo, nos diz Szpilman (2023, p. 12), existem cerca de 400 espécies, “cujos tamanhos podem variar de 0,15 milímetros a 18 metros de comprimento”. Todo ano, novas espécies são descobertas e registradas, e hoje são divulgados números que já apontam para mais de 500 espécies³ de tubarões. Ou seja, trata-se de seres radicalmente diferentes entre si, que não compartilham necessariamente dos mesmos comportamentos, mesma dieta e nem distribuição geográfica.

³ Conferir, por exemplo, os números do World Wildlife e do ISAF: <https://www.floridamuseum.ufl.edu/discover-fish/sharks/faq/> e <https://www.floridamuseum.ufl.edu/discover-fish/sharks/faq/>.

O movimento discursivo dos enunciados em questão, ao transitar entre o indeterminado e o específico – que, como veremos, não determina um indivíduo –, evoca a memória de “grandes espécies”: “o branco” e “o tigre”. São, como entendemos, pré-construídos que funcionam a partir do encaixe sintático. A forma científica do nome das espécies⁴ exige uma junção via hífen, como tubarão-branco e tubarão-tigre, embora tal regra não ocorra frequentemente em outros âmbitos além do científico. O encaixe dos dois léxicos em questão especifica a forma de designação no meio jornalístico – que não se restringe a ele – e *personaliza* tal designação. Com isso, queremos dizer que a disjunção da forma “padrão” e a conservação do nome específico da espécie realiza uma nominalização em cima de outro nome, *como se* nomeasse alguém determinado e não um coletivo. É a forma extrema, compreendemos, da saturação da espécie neste caso, uma vez que não há indivíduos reconhecidos, apenas uma variação de grau na indeterminação do animal-tubarão.

Faz parte do processo de designação do animal-tubarão: o perigo, tubarão(ões), o branco, o tigre, ferozes predadores, e o cabeça-chata. Destacamos que tais léxicos não funcionam da mesma forma. *O perigo e ferozes predadores* não constituem nomes se entendermos o nome como resultado do processo de nomeação – algo que exige um ritual, como a nomeação de um bebê humano, que é oficializado juridicamente, ou a nomeação de uma espécie, algo realizado pelo campo da ciência. Os termos em questão constituem, antes, a designação pelo predicado, isto é, aquilo que se diz sobre o sujeito gramatical. Há um deslize, assim, uma palavra pela outra (Lacan, 1998). Acontece o que Pêcheux ([1969] 2014b) chama de *efeito metafórico*, uma substituição que é constitutiva dos sentidos designados por x e y: neste caso, tubarão dá lugar a *o perigo e ferozes predadores*.

O processo de designação do animal-tubarão, destarte, é um espaço de efeitos metafóricos. Temos, de um lado, o que Pêcheux ([1975] 2014a) vai chamar de *substituição simétrica*: é a substituição por identidade, funcionamento pelo qual tubarão(ões) pode ser trocado por “o branco”, “o tigre”, e “o cabeça-chata”. Esse funcionamento se dá metonimicamente, entre o todo e as partes, um grupo de animais e suas espécies. Cada espécie pode ser igualmente substituída pelo termo geral; entretanto, isso não pode ocorrer entre elas: cada nome de espécie individualiza um grupo menor que não pode ser sobreposto por outro. Trata-se do saber científico sobre o animal-tubarão, no qual há uma barreira evolutiva

⁴ O nome científico de espécie funciona como um nome que diferencia uma espécie de outra. Por tratar de espécie e não de indivíduos, vamos considerar o nome de espécie como um nome comum que *funciona como se fosse nome próprio*.

classificatória entre as espécies. Neste caso, a fórmula de simetria $A = B$ é válido somente entre o todo e a parte.

De outro lado, há a *substituição orientada*, a qual indica que uma relação de sentido $A \rightarrow B$ não seja a mesma de $B \rightarrow A$. Isto é, uma determinada troca de palavras teria apenas “validade” numa orientação dada por uma articulação dada. Os termos o *perigo* e *ferozes predadores* funcionam dessa forma. O primeiro é resultado da relação morfossintática e gramatical entre *perigoso* e *perigo*, aquele funcionando como adjetivo e esse como substantivo. Temos assim a seguinte formulação que constitui o pré-construído: “O tubarão é *perigoso* porque ataca seres humanos” e, pelo deslize do efeito metafórico, o próprio predicado, a partir do processo de nominalização – com a perda de -so –, que o coloca como substantivo e constituinte do sintagma nominal (SN), passa a designar o animal: “o *perigo* espreita mar adentro”. Vale destacar que tal substituição indetermina ao extremo o animal-tubarão, uma vez que “perigo” pode designar qualquer coisa – inclusive qualquer peixe, qualquer espécie de tubarão.

Já *ferozes predadores* é formado por um substantivo antecedido por adjetivo. Ao passo que a ocorrência do substantivo sem o adjetivo entraria no eixo das substituições simétricas – *tubarões* por *predadores* – o mesmo não se pode considerar com o sintagma nominal em sua configuração em questão. A cadeia alimentar dos diferentes ecossistemas é formada por inúmeros predadores, dos pequenos aos grandes, e a avaliação do que seria um “feroz predador” – ou “predador feroz” – recai em um relativismo que foge da relação de identidade, quando tratamos do discurso científico. Exemplos como *predadores aquáticos* ou *predadores cartilagosos* são sintagmas nominais que melhor correspondem ao aparato identificatório científico, pois se “referem” a propriedades observáveis e constatadas na literatura científica, funcionando como uma evidência.

A designação pelo sintagma em questão depende, junto com o SN *o perigo*, de algo a mais. Para que ocorram os efeitos metafóricos [o tubarão \rightarrow o perigo / tubarões \rightarrow ferozes predadores], é necessário reconstruir a relação do sujeito com o sentido, isto é, revelar o funcionamento da deriva de sentidos na formação discursiva na qual o sujeito se inscreve. Dado o enunciado “O tubarão ataca seres humanos”, constatamos que ele mobiliza um pré-construído, isto é, aquilo que é dito em outro lugar, independentemente; já, no enunciado “O tubarão, que é perigoso/que é um feroz predador, ataca seres humanos”, o pré-construído retorna, mas com o efeito de sustentação por uma articulação de enunciados. Trata-se daquilo que Pêcheux ([1975] 2014a) chama de discurso-transverso, uma evocação lateral que põe em conexão os elementos do interdiscurso enquanto pré-construído. Desse modo, considerando o

mecanismo de reconstrução que revela a relação de sentido numa dada FD, temos que “o tubarão/tubarões” *indica* “perigo/ferocidade”. O efeito metafórico, assim, transfere o sentido entre significantes. O segundo par assume, então, a identidade do primeiro.

SD-4	<p><i>O comportamento alimentar do tubarão-tigre adulto e do cabeça-chata não é muito seletivo. No estômago do primeiro, por exemplo, já foram encontrados uma almofada de barco, latas de tinta e a cabeça de um crocodilo. O fato é que as duas espécies costumam investigar – com a boca – boa parte daquilo que cruza o seu caminho. Suas áreas de ocorrência abrangem lugares como o oceano Índico, a costa africana e os litorais de Austrália, América Central e Brasil. Em sua maioria, zonas com alta densidade populacional e nas quais ataques só não ocorrem em maior quantidade por um motivo simples: não estamos no menu. “Tubarões não são comedores de gente”, enfatiza Gadig⁵. Prova disso é que todas as quatro variedades mais perigosas já foram filmadas na natureza por mergulhadores desprotegidos.</i></p>
SD-5	<p><i>Tubarões podem confundir pessoas com suas caças habituais ou morder por outras razões – para investigar uma possível refeição ou por territorialismo, por exemplo. As fêmeas de cabeça-chata, que são maiores do que os machos, ficam ainda mais agressivas na época da procriação. “É um equívoco dizer que eles investem contra banhistas porque estão com fome”, diz Fábio Hazin, ex-presidente do Comitê Estadual de Monitoramento de Incidentes com Tubarões (Cemit), órgão criado em 2004. A principal motivação dos ataques é a proximidade. “Em qualquer lugar onde tubarões-tigre e cabeça-chata se acercarem de praias lotadas, ocorrerão incidentes, estejam eles bem alimentados ou não.”</i></p>

Nosso segundo ponto de análise é a produção de sentidos entre o que é designado pelo discurso e sua relação verbo-agencial. Isto é, no caso do ser-animal, de seu comportamento e como ele é materializado pela língua. Vamos nos concentrar no que o discurso jornalístico nos diz sobre o comportamento alimentar do animal-tubarão. Aqui, a designação se dá a partir das espécies, a forma extrema de saturação – determinação – do animal nesse *corpus*. Destacamos, porém, que essa determinação não está em oposição à extrema indeterminação – o perigo – mas a específica: é o movimento do intradiscurso em relação ao que foi dito antes, o que se diz agora

⁵ Biólogo marinho Otto Gadig, coordenador do Laboratório de Pesquisa de Elasmobrânquios da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

e o que será dito depois. A descrição alimentar da primeira espécie – almofada de barco, latas de tinta e a cabeça de um crocodilo – dialoga tanto com *perigo* quanto com *ferocidade* – um animal capaz de comer tudo isso *só pode* ser perigoso/feroz, diz a evidência –, produzindo efeitos de sentidos em relação ao tubarão-cabeça-chata e tubarão-tigre como perigosos, ferozes. Eis os saberes discursivos mobilizados.

Ao animal-tubarão é atribuído também alguns verbos agenciativos: *investigar*, *confundir*, *morder* e *investir*. Considerando que o modo de vida dos tubarões num todo é no meio aquático e que são peixes, sua própria relação com a realidade é específica de um modo, podemos dizer, que não é oposto ao modo da relação humana, mas diferente. No processo de singularização humana, que consiste em separar-nos dos demais que constituem a “natureza” (Thomas, 2010), um dos argumentos que justificariam uma suposta superioridade humana é não somente sua biologia bípede e uma certa estrutura cerebral, mas, distintivamente, sua mão com o polegar opositor. A oposição entre mão/boca na agência da *investigação* constitui, aqui, uma “pedra de Aquiles” na relação humano-animal, pois a comparação é sempre a partir de um *centro* – o humano e sua realidade – em face de uma *fronteira* – o outro, o animal não-humano. Nós, humanos, de modo geral, utilizamos as mãos para investigar o ambiente – o tato nos põe em contato com o orgânico e o inorgânico. No oceano, temos apenas analogias para com as mãos, como as nadadeiras que, porém, não são usadas da mesma forma. Para o animal-tubarão, a boca é o que o coloca em contato direto – visto que as diversas espécies de tubarões dispõem de outros sentidos, como eletrorreceptores, além de visão e olfato, que estabelecem um contato indireto – com o mundo à sua volta.

No âmbito semântico, por sua vez, a oposição mão/boca estabelece uma relação de sentidos, na qual investigar com a mão não indica *perigo/ferocidade*, ao passo que *investigar com a boca* é *morder* e, portanto, indica *perigo/ferocidade*. Uma análise por paráfrase da SD-4 nos aponta esses efeitos de sentido:

E1	O fato é que as duas espécies costumam <i>investigar – com a boca</i> – boa parte daquilo que cruza o seu caminho.
E2	O fato é que as duas espécies costumam <i>investigar – mordendo</i> – boa parte daquilo que cruza o seu caminho.

Nota-se que o verbo não significa isoladamente, mas encadeado e determinado por aquilo que aparece entre travessão. Assim, investigar, para o animal-tubarão, é morder aquilo com o que ele terá contato. O discurso científico produziu o consenso de que o animal-tubarão,

de um modo geral, realiza mordidas investigatórias, que funcionam como uma “provaadinha”, revelando a textura e o sabor da presa (Szpilman, 2023). Em outras palavras, é a sua forma de se relacionar com o ambiente, especialmente para saber que se trata de algo que “parece” uma presa. Em outras palavras, a mordida investigatória pode servir como uma confirmação de que se trata de algo que faz parte do menu da espécie em questão. Nós, humanos, não fazemos parte. Na verdade, com algumas poucas exceções, o corpo humano apenas serve aos decompositores.

Aqui, a discursividade, no que funciona como efeito de sustentação – *tubarões indicam perigo* – entra em contradição com a marca do discurso científico. “Tubarões não são comedores de gente” fala o cientista-biólogo-marinho. Mais do que “falar”, seu discurso demarca o espaço da verdade, do comprovado. Trata-se dos efeitos do poder no saber pela ciência (Leff, 2010), a qual domina, atualmente, o que Foucault (1979) chama de regime de verdade: o verdadeiro da época numa determinada sociedade. O discurso científico sobre o animal-tubarão é, efetivamente, o que o discurso jornalístico entende/interpreta como *o verdadeiro* e, a partir disso, é que se produz *o sentido*. De acordo com Michelotti (2008, p. 60), a racionalidade científica é “o pano de fundo que enquadra as notícias ambientais”, restando a outros grupos apropriarem-se do discurso científico e serem legitimados pela mídia. Assim, a discursividade que se produz no intradiscurso, evocando a memória do animal-tubarão como um perigo – ou simplesmente aquilo que é da ordem do senso-comum –, entra em confronto com *o verdadeiro*.

Na SD-5, nos deparamos com uma espécie de paráfrase do enunciado em questão, mas a partir de outra voz da ciência. O sentido, contudo, permanece o mesmo: humanos não fazem parte do cardápio do animal-tubarão, logo não investem para saciar a fome. *Investir*, aqui, pode ser substituído por *atacar*. Assim, o “ataque” dos tubarões, de acordo com o discurso científico que é demarcado no discurso jornalístico, não resulta de fome⁶ ou qualquer interesse culinário pela espécie humana. Contudo, tal discurso não “elimina” ou invalida o senso-comum evocado. Apenas a explicação – tubarões atacam humanos porque estão com fome – é invalidada, substituída por outra – tubarões atacam devido à *proximidade*. Tal explicação se conecta, como complemento, ao que foi dito anteriormente: tubarões cabeça-chata e tigre investigam/mordem boa parte do que estiver pela frente, inclusive seres humanos, dada as condições.

⁶ É necessário destacar, para o leitor não especialista, que um cenário de fome não diz respeito, necessariamente, a um momento específico, a uma necessidade momentânea para o animal, mas pode significar, também, um estado crítico provocado por alguma doença, ferimento ou condições locais que impossibilitaria o animal de comer, resultando em desnutrição.

Tal complementação não se dá por acaso: não é o discurso jornalístico que diz, no sentido de que possui um estatuto para afirmar alguma coisa sobre o animal-tubarão, mas sim rediz o discurso científico de forma não-marcada, a partir do discurso indireto livre. Desse modo, o discurso jornalístico funciona entre marcações e não-marcações do discurso do outro. No primeiro caso, a integridade da palavra do outro é mantida total ou parcialmente pelos discursos direto ou indireto (Volóchinov, 2018); já, no segundo caso, a palavra do outro aparece *como se fosse* a palavra do sujeito. Em outros termos, estamos lidando com o que Authier-Revuz (2015) entende como heterogeneidade discursiva, manifestada pela heterogeneidade mostrada e heterogeneidade constitutiva, respectivamente. Assim, o que “parece” vir de lugares diferentes vem, na verdade, do mesmo lugar: o discurso científico é constitutivo do discurso jornalístico em questão.

Salientamos, contudo, que a heterogeneidade é própria do discurso, pois este tem como condição o interdiscurso, uma heterogeneidade irrepresentável. As formações discursivas, lugar do dizer possível para o sujeito, não é um espaço fechado – isto é, não é homogêneo, por definição – mas é fundamentalmente instável, e seu fechamento “se inscreve entre diversas FD como uma *fronteira que se desloca* em função das questões da luta ideológica (Courtine; Marandin, [1980] 2016, p. 39, grifo dos autores). Para compreender tais deslocamentos, recorreremos à noção de modalidade de desdobramento do sujeito de acordo com Pêcheux ([1975] 2014a): trata-se da modalidade do “bom sujeito”, na qual há plena identificação com o Sujeito da formação discursiva que exerce dominância em seu discurso. O sujeito do discurso jornalístico, pela interpelação-identificação da formação ideológica da própria prática, deve se identificar ao “verdadeiro” – que é também expressão do que se considera objetividade –, ao discurso científico, para estar no verdadeiro.

Assim, o animal-tubarão é significado pelo discurso jornalístico sob a identificação com o discurso científico. É a condição para que o que é dito tenha como efeito ser o verdadeiro: ao ponto que o que é dito sobre o animal-tubarão passa a ser a própria realidade, um fato objetivo, fruto das comprovações do regime científico; os fatos descritivos revelariam “a realidade em estado puro, sem a intervenção de um sujeito conhecedor” (Sponholz, 2009, p. 21). Eis, portanto, o mito da “referencialidade”, o qual implicaria uma referência ao mundo “tal como ele é”. Todavia, nem o jornalismo, nem a ciência podem se referir à realidade enquanto real – pois este se trata de um impossível, demarcando o limite do simbolizável (Faria, 2021). A linguagem, por sua vez, permite a entrada do sujeito no simbólico, no limite do possível – registro, portanto, do ideológico. Ao real, nada falta, mas produz a falta, como efeito, no simbólico (Novaes, 2022).

Tomemos dois enunciados para aprofundarmos a questão:

E3	Tubarões podem <i>confundir</i> pessoas com suas caças habituais ou <i>morder</i> por outras razões – para <i>investigar</i> uma possível refeição, ou por territorialismo, por exemplo.
E4	“É um <i>equivoco</i> dizer que eles <i>investem</i> contra banhistas porque estão com fome”

Ambos os enunciados delimitam uma posição-sujeito do discurso científico. Um não é marcado, enquanto o outro aparece em discurso direto. Aqui, apontamos para o par *confundir/equivoco*. O primeiro é atribuído ao animal-tubarão e está em relação semântica metafórica com *morder*. *Confundir*, então, é *atacar/morder/investigar/investir* – verbos atribuídos anteriormente e que configuram o limite semântico do animal –, mas somente quando o animal comete um “erro” de alvo. Já, o segundo é atribuído a seres humanos: somente humanos deliberam sobre as razões dos tubarões lhes “atacarem”. *Confundir* e *equivoco* se relacionam na medida em que indicam um erro, uma falha. Seres humanos cometem equívocos sobre o comportamento do animal-tubarão, e tubarões podem falhar em identificar as presas. Em ambas as situações, observamos formas de simbolizar o outro que se deparam com o real. Nas palavras de Pêcheux ([1983] 1997, p. 29), não descobrimos o real, mas nos deparamos com ele, o encontramos. Sendo, portanto, o real aquilo que é o impossível, “que seja de outro modo”, (ibidem), tanto o humano quanto o animal se equivocam. Pelo lado humano, não só observamos o equívoco geral, do “senso comum”, em atribuir razão x ou y, mas também o equívoco da ciência em determinar o impossível – a consciência do animal, suas vontades, sua realidade. Pelo lado animal, sua ação interpretativa, igualmente falha, de investigar/investir/morder aquilo que não é, mas pode parecer, sua presa.

A voz da ciência determina o verdadeiro ao qual o discurso jornalístico se identifica. Aos cientistas cabem descrever os fenômenos da realidade – ou melhor, seus efeitos, seus resíduos, suas marcas simbolizáveis. Todavia, o ritual científico esbarra no real, no objeto indescritível: explicar o agenciamento do animal é deliberar sobre uma consciência. A Declaração de Cambridge sobre a Consciência Animal⁷, de 2012, já deixou em aberto a possibilidade de animais como tubarões terem consciência. Entretanto, não reduzimos a consciência a uma estrutura biológica ou cognitiva. Trata-se do impossível do real, da impossibilidade de afirmar – tal como se afirma sobre a evolução de determinadas espécies, a

⁷ Disponível em: <https://labea.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2014/05/Declara%C3%A7%C3%A3o-de-Cambridge-sobre-Consci%C3%Aancia-Animal.pdf>. Acesso em 30 jun. 2025.

partir de traços em comum – as razões, os desejos, a vontade ou entendimento do outro, do ser que também se subjetiva. Assim, nos diz Pêcheux ([1982] 2014a, p. 277) que a interpelação ideológica – a interpelação do Sujeito da ciência, neste caso – se dá pelo ritual, que falha, ou melhor, “se estilhaça no lapso”, e se estilhaça, ao se deparar com o real.

Tomando um dos enunciados de Pêcheux ([1982] 2014a, p. 277), podemos dizer igualmente em relação ao animal-tubarão: “ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja”, pois irrompe o primado do inconsciente. Maciel (2023, p. 36, grifo nosso), ao refletir sobre a subjetividade dos animais, nos diz que adotar “o ponto de vista de uma alteridade radicalmente outra é enfrentar o não sabido e demanda um salto, ainda que imaginário, *para o outro lado da fronteira*”; destaca, assim, que “é impossível saber os reais sentimentos e pensamentos desses ‘outros mais que outro’ que buscamos traduzir”. Nessa perspectiva, continua a autora, se a animalidade é o que aproxima humanos e animais, há de se ressaltar que cada espécie e cada espécime têm seus próprios graus de complexidade e singularidade – a aproximação com o outro existe, mas ela jamais se confunde com um “pensar do lugar”.

É a partir da aproximação entre *confundir* e *equivoco* que o discurso jornalístico, identificado com a posição-sujeito de cientista, aproxima humanos e animais. A falha, enquanto efeito de sentido, é constitutiva de ambos, seja no processo de investida/investigação do animal-tubarão, seja na deliberação sobre as razões do outro. Por outro lado, a falha também é sintoma. Ou melhor, indica o sintoma, o representa de alguma forma. Assim, neste caso, a falha é a falha do ritual de interpelação ideológica que, ao passo que o sujeito se depara com o real, com sua impossibilidade – a impossibilidade de atribuir ao animal-tubarão um elemento ou característica não-sabida –, desliza/transfere sentidos restritos ao espaço humano para o animal. Para Lacan (1998), o sintoma vai se manifestar a partir da metáfora, pelo processo de substituição, que, por sua vez, envolve uma relação de transferência. Algo muito similar será defendido por Ades (1997, p. 133, grifo nosso), quando o autor diz que “embora seja plausível que os animais possuam consciência, no sentido de dar-se-conta de eventos no ambiente e de seus afetos, não é possível chegar a um conhecimento dos conteúdos desta consciência” e, por isso, as “*tentativas de se ‘espiar dentro da consciência do animal’, traduzindo suas possíveis percepções em percepções humanas, só levam a metáforas*”. Metáforas que, dito de outro modo, são o registro da falha, são efeito da impossibilidade do real: um tubarão “confundir” qualquer coisa produz uma zona de contato na qual o humano e o animal se fundem para produzir sentido.

A metáfora, então, se coloca como a condição de possibilidade da produção de sentidos em relação ao não-humano. O efeito metafórico deixa de ser apenas um deslize de sentidos entre significantes, passando a ser também o mecanismo que possibilita a centelha do sentido

numa zona marcada pelo *nonsens*. Retomando Ades (1997), podemos dizer que é um mecanismo de tradução entre espécies. Assim, ao mesmo tempo que *confundir* se relaciona com a cadeia *atacar/morder/investigar/investir*, delimitando o limite semântico do animal nas formações ideológicas que dominam tanto o saber científico como o saber jornalístico, ele é o significante que claudica, ao ser colocado em paralelo com *equivoco*, situando o animal para além do limite estabelecido: um ser subjetivo, capaz de errar, de falhar, de se equivocar, *assim como os humanos*. Não se trata, porém, de uma ruptura ideológica, nem mesmo de uma outra posição-sujeito. É a contradição que se inscreve no interior da formação discursiva, em face do real, do impossível.

SD-6	“No Nordeste, a ocorrência de grandes <i>tubarões-tigre</i> e <i>cabeça-chata</i> próximos ao litoral é maior do que no Sudeste”, diz Gadig. A essas condições naturais – os predadores são atraídos pela água quente – foram somadas as consequências da <i>construção do Porto de Suape</i> , nos anos 1980, ao sul da área de ataques. Sabe-se que algumas espécies, como o tigre, seguem navios em travessias oceânicas, talvez atraídos pelo lixo orgânico atirado ao mar. <i>A obra resultou também em modificações no ecossistema local, como o fechamento de bocas de rios e o aterramento de manguezais. Usado como berçário natural por crustáceos e peixes, o mangue é uma área de desenvolvimento da biodiversidade marinha.</i>
SD-7	<i>Ou seja, os predadores migraram de uma área preservada e com menor densidade demográfica para outra impactada e densamente povoada por seres humanos.</i>
SD-8	“No Recife, é preciso entender que, assim como ocorre na Flórida e na Austrália, <i>teremos que conviver com os tubarões</i> ”. [Fabio Hazin]
SD-9	Nem todos estão dispostos. Alguns grupos defendem o <i>controle populacional das espécies agressivas</i> .
SD-10	Em 2009, um desses grupos, o Propesca, organizou uma expedição para a captura de tubarões-tigre e cabeça-chata, <i>mas retornou da jornada com pequenos e inofensivos tubarões-flamengo</i> . Três anos depois, o grupo preparou uma <i>“tubarãozada” – um churrasco de tubarão – na praia de Boa Viagem. “Foi uma forma de chamar a atenção para os ataques. Nós não pregamos o extermínio desses animais”, explica o engenheiro de pesca Bruno Pantoja, presidente do Propesca.</i>
SD-11	A tubarãozada despertou a ira de ambientalistas, mas o discurso de outro movimento local, o P5 – A Praia É Nossa, é ainda mais duro. [...] <i>Uma de suas teses</i>

<p><i>é reduzir a “superpopulação” de tubarões-cabeça-chata no Recife. “O que ocorre é o contrário”, contesta Hazin. “Essa espécie, assim como todas as outras, tem sofrido declínio.”</i></p>
--

Da SD-6 a SD-8, os enunciados constituem uma *explicação* para o aparecimento mais frequente de tubarões em certos pontos da Região Metropolitana de Recife (RMR). Este funcionamento – da explicação – não será explorado aqui. Vale apenas destacar que a identificação do discurso jornalístico se dá com uma argumentação que coloca a causa no *fator humano* – a construção do Porto de Suape e suas consequências. O discurso científico, na voz de Fábio Hazin, enuncia um posicionamento que indica uma alteração ambiental da qual não se retorna mais. Em um outro espaço, em entrevista para o jornalista Arnaud Mattoso (2022), o mesmo cientista afirmou ser utópico algo como a reversão dos danos ambientais, considerando os interesses em torno do Porto de Suape. Tal posição representa a integração das espécies em questão num ambiente que, historicamente, não fazia parte de suas rotas principais. Representa, ainda, o *encontro* multiespécies no discurso, de modo que reorganiza as cadeias significantes: os tubarões são parte deste espaço compartilhado – a praia – e, portanto, devem ser considerados como parte dele.

De acordo com Haraway (2022, p. 11), os “parceiros não precedem o encontro; espécies de todos os tipos, vivas ou não, resulta de uma dança de encontros que molda sujeitos e objetos”. Isso quer dizer que é, na trama do encontro, que os parceiros se constituem como tal. Aqui, tubarões e humanos não se constituem antes na relação, que podemos entender como negativa, de “ataque”. Antes de 1992, antes das consequências nefastas da instalação do Porto de Suape, a relação tal como existe hoje não era uma realidade da Região Metropolitana do Recife (RMR). A nova relação, que vai além dos episódios de “ataque”, permite compreender, tanto os tubarões-cabeça-chata quanto os tigre, como *espécies companheiras*, as quais implicam um imbricamento simultâneo, uma coconstituição das espécies (Haraway, 2021). Elas são uma *alteridade significativa* e, como espécies companheiras, vão transformar o humano enquanto tal: sua existência e ação modificam a existência e a ação humana, e vice-versa.

Da SD-9 a SD-11, temos posições distintas da posição científica. Não é conviver com os tubarões, mas eliminar as “espécies agressivas”. Esta última formação de significantes é, por um lado, uma sinonímia de “perigo” e “ferozes predadores” e, por outro, produz uma cisão entre os tubarões: espécies não-agressivas de um lado e espécies agressivas de outro. Embora haja considerações sobre as espécies com um comportamento mais hostil em relação aos seres

humanos⁸ e, conseqüentemente, com maior número de casos – cabeça-chata, tigre e branco – a atribuição de agressividade encontra seu encadeamento – e, portanto, seu sentido – a partir da centralidade humana em relação a uma fronteira. A “agressividade”, assim, é o significante que entrelaça o sujeito no funcionamento do par especismo-antropocentrismo, fornecendo um saber que se marca evidente, em específico, pelo imaginário que recorta o corpo animal e coloca em destaque o tamanho do corpo, os dentes e afins.

Em oposição à posição de “conviver com os tubarões”, está a eliminação da alteridade, representada pelos seguintes significantes: controle populacional/captura/reduzir. Vale destacar que são termos que produzem um *efeito de eufemismo*: podemos entender o eufemismo aqui como a troca de uma palavra pela outra – efeito metafórico –, tendo como efeito a suavização do sentido. Matar/aniquilar/eliminar e outros termos similares são historicamente relacionados a crimes pessoais e de guerra: uma pessoa mata a outra, ou uma nação aniquila ou elimina a outra; ao passo que os termos em análise são vinculados à prática científica. Contudo, a suavização – uma forma de tornar a questão uma espécie de “administração” da quantidade da espécie – não se dá de forma independente; é necessário que a vida a ser eliminada seja considerada de pouco ou nenhum valor, objetificada – algo não muito diferente dos experimentos científicos em ratos, coelhos, cães e outros, e portanto, igualmente dissimétrico.

Desenha-se, assim, a oposição das posições – de um lado, a defesa das espécies de tubarão como um convívio entre espécies e, de outro, a eliminação dos tubarões. Embora opostas, elas funcionam ideologicamente pelo par especismo-antropocentrismo ao desconsiderar o indivíduo perante a espécie. De acordo com Lourenço (2019), o posicionamento em relação ao valor da vida pode considerar a espécie ou o indivíduo. A ciência, por seu plano holístico, não prioriza o indivíduo em relação à espécie. Desse modo, são as espécies de cabeça-chata e tigre que vão ter valor, serão dignas de defesa. Caso fossem espécies invasoras – isto é, que adentram um hábitat que não é o seu –, a defesa seria também pela eliminação. Trata-se da fronteira que se desloca em função das questões da luta ideológica, como afirmam Courtine e Marandín ([1980] 2016).

Entre a SD-10 e SD-11, temos uma relação de contradição. O termo *tubarãozada* é um neologismo que remete a termos como *feijoada*, *farofada*, *galinhada*, pela sua terminação, os quais se referem a pratos e comidas típicas no Brasil. Usado para significar um churrasco de tubarão, também tem como efeito suavizar a ação com algum humor. Além disso, situa o animal-tubarão como alimento: na relação humano-tubarão, ele transitou entre vizinho, inimigo

⁸ Vale destacar que não se resume aos seres humanos, mas a particulares da espécie que se manifesta para com outras espécies.

e passou para alimento. Novamente, o discurso jornalístico se identifica ao saber científico, a partir do funcionamento da contradição. Num primeiro momento, um dos integrantes do grupo que matou os animais alega que nem o controle populacional e nem o churrasco é fruto de um posicionamento de extermínio, o que pode ser interpretado como contraditório. Num segundo momento, na voz do cientista, temos que a tendência não é de crescimento das espécies, mas de declínio, o que contraria, mais uma vez, o sujeito a favor da eliminação dos tubarões.

SD-12	<i>A população de algumas espécies declinou 95% desde os anos 1970. Estima-se que todos os anos 100 milhões deles são mortos por causa do finning, a prática de cortar as barbatanas e devolver o corpo ainda vivo ao mar. A demanda é do mercado asiático. Há tanto dinheiro no finning que, nessa economia clandestina, apenas o tráfico de drogas supera sua movimentação financeira global.</i>
SD-13	<i>As consequências de um oceano sem tubarões são difíceis de precisar. Ambientalistas encontram dificuldade para levantar a bandeira da conservação desses animais – é bem mais fácil mobilizar as pessoas para salvar pandas e tartarugas-marinhas. E a natureza não produz um predador topo de cadeia na mesma proporção que oferece ratos e pombos. De crescimento lento e maturidade sexual tardia, os tubarões geram poucos filhotes e não conseguem repovoar áreas das quais foram removidos pela pesca em larga escala.</i>
SD-14	<i>Sem eles, o ecossistema marinho tem sua saúde comprometida. Como cada nível da pirâmide alimentar está conectado, a ausência dos tubarões vai resultar no aumento demográfico de suas presas, que, em efeito cascata, intensificam a predação em outra camada. “Isso leva à diminuição dramática da biodiversidade”, afirma Gadig.</i>
SD-15	<i>Há outras implicações. No mar, tubarões não são apenas caçadores. Muitos deles atuam como devoradores de carcaças, controlando, assim, o nível de bactérias na água salgada. Tendo em vista que 70% do oxigênio presente na atmosfera tem origem na fotossíntese realizada pelo fitoplâncton oceânico, qualquer desequilíbrio nesse arranjo químico é preocupante.</i>
SD-16	<i>O que sabemos deles até aqui é fascinante. São animais que se curam com rapidez de lesões profundas e são capazes de detectar ínfimos impulsos elétricos emitidos pelos batimentos cardíacos da presa. Seus ancestrais sobreviveram a quatro extinções globais em massa e estavam aqui em um tempo remoto, no qual havia</i>

	<p>pouco oxigênio disponível na atmosfera e a vida teve de evoluir dos oceanos. Das formas unicelulares às mais complexas criaturas, os tubarões ajudaram a moldar os animais que mais tarde migraram para a terra. <i>A vida na superfície depende da vida embaixo d'água. O “monstro” a nos assombrar é, antes de tudo, um aliado indispensável.</i></p>
--	--

Da SD-12 a SD-16, o intradiscurso faz aparecer o animal-tubarão em um outro “cenário” que não o de “ataque”. Para tanto, o grau de indeterminação retorna ao significante “tubarão”, designando uma generalidade de tubarões. Da contradição mencionada, segue-se o destaque no declínio de algumas espécies não nomeadas e a prática do *finning*. O animal passa para o lado do ser que sofre a ação – suas barbatanas são *cortadas*, são *devolvidos* vivos ao mar e são *mortos* devido a essas ações. Já não é o tubarão que ataca/morde/investe. Trata-se do tubarão que é importante para o ecossistema marinho. Em verdade, o animal-tubarão é significado como uma parte desse mesmo ecossistema. Como um *predador topo de cadeia* – embora nem todas as espécies assim sejam –, ele significa o próprio ecossistema metonimicamente, ao passo que o ecossistema sem ele se torna algo diferente.

A integração-identificação com os conceitos científicos da ecologia – cadeia alimentar, aumento demográfico, efeito cascata, predação etc. – demarcam a voz da ciência através do discurso indireto livre para significar o animal. É o tubarão da ciência. Isso se torna mais evidente na SD-16, em que se mobiliza o conhecimento científico sobre o animal e o caracteriza como *fascinante*. Produzem-se sentidos a partir do que a ciência “descobriu” em relação aos tubarões, suas potencialidades biológicas e evolutivas. Novamente, o animal-tubarão é significado a partir de seu corpo: no cenário de “ataque”, sua boca era o ponto-significante, e aqui são suas capacidades biológicas de interesse ao humano, tanto da ordem tecnológica, como medicamentos e dispositivos, como da ordem do curioso, dos fatos que despertam fascínio pelo outro, apenas pelo seu “funcionamento” diferente.

Assim, o animal-tubarão, neste cenário, tem seu limite semântico determinado por alguns fatos elaborados pelo conhecimento da biologia, fisiologia, ecologia, zoologia e outros campos do conhecimento dos seres vivos. Isso se conecta com a comparação com outros animais – *é bem mais fácil mobilizar as pessoas para salvar pandas e tartarugas-marinhas*. Pandas, por exemplo, são seres que despertam, em algum grau, interesse de seres humanos pelas suas feições e comportamentos como “fofos”, algo similar ao que cães e gatos despertam.

Circula, de maneira genérica, o termo *fofofauna*⁹, um neologismo que serve para distinguir aqueles animais silvestres que se encaixam em tais interesses. Ainda que seja um termo relativo – afinal, o que seria um animal fofo? –, é admissível afirmar que tubarões não são considerados dessa forma – pois ainda são “*monstros*” a nos assombrar –, restando, assim, o discurso científico sobre aquilo que o animal-tubarão tem de fascinante e importante para o ecossistema.

5. O tubarão imaginário: considerações sobre o animal feito significantes

A partir de nossas análises, foi possível identificar e registrar dois limites semânticos em relação ao animal tubarão: 1) sua significação a partir de seu corpo-boca, que se dá pelo encadeamento de significantes que situam o animal como um outro que representa um *perigo* ao ser humano, apesar de suas razões não serem de viés alimentar ou moral; 2) e a significação a partir do corpo-espécie, isto é, trata-se mais especificamente da produção de sentidos do discurso científico em torno do animal-tubarão em face tanto de sua condição de espécie – espécies em declínio – e de sua condição de objeto de estudo – seu corpo como um fascínio maquinário-biológico. Enquanto a primeira forma representa uma relação entre o senso-comum com o discurso científico, a segunda é dominada pela ordem do científico.

Em síntese, não há um objeto determinado no discurso. A significação se dá necessariamente pela indeterminação em seus diferentes graus. Para se aproximar do animal, em vista de significá-lo, apenas a metáfora se oferece como mecanismo: o significante tubarão se vê numa cadeia de deslizamentos para outros significantes que assumem indefinidamente uma nova “face” para o animal, como *perigo*, *monstro*, *feroz predador* e outros. Mas ele também é um *predador topo de cadeia*, parte constitutiva de uma pirâmide alimentar, de um ecossistema – isto é, ele também é o próprio ecossistema. Esses são os saberes discursivos mobilizados no intradiscorso. Do ponto de vista do discurso jornalístico, o animal-tubarão é *sobredeterminado*, ou seja, não há um sentido que o determina, mas diferentes efeitos que o produzem como um monstro que nos assombra – assombra nós, humanos –, mas também um aliado ecológico.

Podemos entender assim a relação entre saberes que constitui a formação discursiva jornalística: o saber científico e o saber do senso-comum. O Sujeito de tal FD regula a entrada, no seu interior, de saberes tanto da ciência quanto do senso comum, complementando algumas posições e negando outras. Aqui, o saber científico exerce uma dominância de sentido nos seguintes pontos: a) o animal-tubarão não “ataca”, mas confunde, ou estabelece território, ou

⁹ Mais sobre: <https://semas.pe.gov.br/fofofauna-entenda-o-risco-de-interagir-com-animais-silvestres-fofinhos/>

outra razão que não seja fome de ser humano, algo que permeia o imaginário do senso-comum evocado pelo discurso jornalístico; b) o animal deve ser protegido, visto que está em declínio e significa um ambiente marinho sadio, em oposição ao saber do senso comum, que defende, em algum grau, o extermínio/controla da população dos animais. Apesar dessa dominância da ciência, o espaço da metáfora não abandona a “monstrificação” do tubarão, a partir do saber do senso comum. Assim, o animal é tanto uma ameaça – um perigo – para o ser humano, quanto um ser importante para o meio ambiente. Condensa-se, assim, o animal.

Mas que animal seria este? Entendemos que ele não corresponde a um indivíduo determinado pelo nome comum – e, portanto, verificável empiricamente –, e tampouco a uma abstração genérica da espécie – logo, irrepresentável. Efetivamente, não existem tubarões determináveis no discurso analisado. Os efeitos metafóricos revelam que a referência se dá sempre ao discurso – ou melhor, ao interdiscurso, ao pré-construído, como *espécie*, *predador* e outros. Trata-se, como diz Pêcheux ([1969] 2014b), de um *objeto imaginário*, o “ponto de vista” do sujeito e não da realidade física. O animal-tubarão do discurso, logo, não se encontra fora da prática discursiva. Trata-se de um significante passível de interpretação que assume diferentes faces: um ser perigoso, embora não tenha razões de atacar humanos; um ser que está sofrendo com ações antrópicas e, portanto, em declínio. Mesmo variando em mais de 500 espécies, o tubarão é tratado como indivíduo, condensado.

Informações complementares

Conflito de Interesse

Os autores não têm conflitos de interesse a declarar.

Declaração de Disponibilidade de Dados

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum dado novo foi criado ou analisado neste estudo.

Contribuição de autoria

Ricardo Melo: Conceptualização e Escrita – rascunho original.

Evandra Grigoletto: Escrita – análise e edição.

Referências

AUTHIER-REVUZ, J. A representação do discurso outro: um campo multiplamente heterogêneo. **Revista Investigações**, v. 28, p. 1-39, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/INV/article/view/1846>. Acesso em: 1 jul. 2025.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1985.

ADES, César. O morcego, outros bichos e a questão da consciência animal. **Psicologia USP**, v. 8, n. 2, p. 129–158, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000200007>. Acesso em: 19 set 2025.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a Análise de Discurso. In: CONEIN, Bernard et al. **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1980] 2016.

BENCHLEY, Peter. **Tubarão**. 2. ed. Rio de Janeiro: DarkSide Book, [1974] 2021.

DELA-SILVA, Silmara. (Des)construindo o acontecimento jornalístico: por uma análise discursiva dos dizeres sobre o sujeito na mídia. In: FLORES, Giovanna; NECKEL, Nádia; GALLO, Solange (org.). **Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

DOOREN, Thom; KIRKSEY, Eben; MÜNSTER, Ursula. Multispecies Studies: Cultivating Arts of Attentiveness. **Environmental Humanities**. v. 8, n. 1, p. 1-23, 2016. Disponível em: <https://read.dukeupress.edu/environmental-humanities/article/8/1/1/61679/Multispecies-StudiesCultivating-Arts-of>. Acesso em: 24 jun. 2025.

FARIA, Michele Roman. **Real, simbólico e imaginário no ensino de Jacques Lacan**. São Paulo, SP: Toro Editora, 2021. Ebook.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GENRO FILHO, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2012.

GRIGOLETTO, Evandra. **Sob o rótulo do novo, a presença do velho: análise do funcionamento da repetição e das relações divino/temporal do discurso da Renovação Carismática Católica**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

GUIMARÃES, Eduardo. **Semântica do Acontecimento**. Pontes Editores, 2017.

HARAWAY, Donna. **O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARAWAY, Donna. **Quando as espécies se encontram**. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

HAROCHE, Claudine; PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul. [1971] A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem, discurso. In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de discurso: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva**. Araraquara: Letraria, 2020. p. 17-39.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação**. 20. ed. São Paulo, SP: Editora Cultrix, 1995.

LACAN, Jacques. A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. *In*: LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1998. p. 496-533.

LOURENÇO, Daniel Braga. **Qual o valor da natureza?** Uma introdução à ética ambiental. São Paulo: Elefante, 2019.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MACIEL, Maria Esther. **Animalidades**: zooliteratura e os limites do humano. São Paulo: Editora Instante, 2023.

MARCONDES FILHO, Ciro (org.). **Dicionário da comunicação**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989). 1996. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas - Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP, 1996.

MATTOSO, Arnaud. **Ataques de tubarão no Recife**: mitos e verdades. Recife, PE: Vedas Edições, 2022.

MEDAGLIA, Thiago. Praia do medo. **National Geographic Brasil**. n. 169, abril 2014. p. 33-46. Disponível em: https://www.clp.unesp.br/Home/arquivos/NG169_Tubaroes_PE.pdf. Acesso em: 24 jun. 2025.

MICHELOTTI, Gabriela. A interação entre movimento ambientalista, meios de comunicação e ciência na problematização da crise ambiental. *In*: GIRARDI, Ilza (org.) *et al.* **Jornalismo ambiental**: desafios e reflexões. Porto Alegre: Ed. Dom Quixote, 2008. p. 56-66.

NOVAES, Tereza Cristina Ferreira. **O inconsciente estruturado como linguagem**: entre a psicanálise e a linguística. São Paulo: Editora Dialética, 2022. Ebook.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020a.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020b.

PÊCHEUX, Michel. **Discurso**: estrutura e acontecimento. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, [1983] 1997.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1975] 2014a.

PÊCHEUX, Michel. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, [1969] 2014b. p. 59-158.

PÊCHEUX, Michel. O enunciado: encaixe, articulação e (des)ligação. *In*: CONEIN, Bernard et al. **Materialidades discursivas**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, [1980] 2016.

SILVA, Ana Claudia Rodrigues da; NASCIMENTO, Rayane Mendonça do. Aprendendo a conviver com os tubarões: relações entre humanos e não humanos em Recife e no arquipélago de Fernando de Noronha (BRA). **CADERNO ELETRÔNICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**, v. 7, p. 66-81, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/cadecs/article/view/28292>. Acesso em: 1 jul. 2025.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade**: além do espelho e das construções. Florianópolis, SC: Insular, 2009.

SZPILMAN, Marcelo. **Tubarões**: por que atacam o homem? Rio de Janeiro: Mauad X, 2023.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TRAQUINA, Nelson. **Por que as notícias são como são**. Florianópolis, SC: Insular Livros, 2020. E-book.

TUBARÃO. Direção: Steven Spielberg. Los Angeles: Universal Pictures, 1975. Disponível em: Netflix. Acesso em: 29 set. 2025.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

ŽIŽEK, Slavoj. **Acontecimento**: uma viagem filosófica através de um conceito. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.